

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

(Organizadores)



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina

 **Atena**
Editora
Ano 2022

Américo Junior Nunes da Silva

| André Ricardo Lucas Vieira

(Organizadores)



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina

 **Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação: avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0640-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.402221010>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo asseverados ataques nos últimos anos. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, reverberado de um processo histórico, também vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência.

Este livro, intitulado **“Educação: Avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina”**, da forma como se organiza, assume um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de espaços de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade acadêmica, escolar e toda a sociedade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem esta obra tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que os entrecruzam.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares as diversas problemáticas que os movem. O ato de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobiliza-se também os/as leitores/as, os/as incentivando a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a Educação. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa, lúdica e engajada leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL


Everton Marcos Batistela

Airton Carlos Batistela

Celso Eduardo Pereira Ramos

Manoel Adir Kischener

Mariza Rotta


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210101>

CAPÍTULO 2..... 12

A TRAMITAÇÃO DA LEI “DARCY RIBEIRO” E INFLUÊNCIA DAS DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA A AMÉRICA LATINA

Suzana Pinguello Morgado


Vanessa Freitag de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210102>

CAPÍTULO 3..... 27

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COM IMIGRANTES ADULTOS: ENSINO, ACOLHIMENTO E SOLIDARIEDADE DE CLASSES

Ana Paula Santana de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210103>

CAPÍTULO 4..... 38

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL ALINHADA À BNCC: IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE

Verediana Fernandes Sobradriel Fim

Lilian Fávoro Alegrâncio Iwasse


Viviane da Silva Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210104>

CAPÍTULO 5..... 54

AFETAR O OUTRO SENSIVELMENTE

Kássia Silva de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210105>


CAPÍTULO 6..... 63








COMPARTILHAR CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Renata Cervinhani

Arthur Guaberto Bacelar Urpia


Letícia Fleig Dal Forno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210106>

CAPÍTULO 7	77
FORMAÇÃO DOCENTE: O CURRÍCULO COM PROJETOS, TÁTICAS E LAÇOS PARA A CRIAÇÃO DE 'CONHECIMENTOSSIGNIFICAÇÕES'	
Andrea de Farias Castro	
Maria do Carmo de Moraes Mata Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210107	
CAPÍTULO 8	82
IMPORTÂNCIA E LIMITES DOS CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO – CACS	
Daniel Marques de Freitas	
Elias Canuto Brandão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210108	
CAPÍTULO 9	93
ESCUA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO EM SERVIÇO: DESAFIOS DOCENTES E A EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO AMAZONAS	
Emerson Sandro Silva Saraiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210109	
CAPÍTULO 10	112
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CONTEMPORANEIDADE	
Maria Ilda de Ornelas Velosa Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101010	
CAPÍTULO 11	123
DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PIBID EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATOS DO SUPERVISOR, DE PROFESSORES E PIBIDIANOS	
Joel Ramos da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101011	
CAPÍTULO 12	129
POLÍTICA EDUCACIONAL E A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Mauro Antonio de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101012	
CAPÍTULO 13	138
SOCIEDADE CIVIL ATIVA E NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: AS FORMULAÇÕES DO IBP E O PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL NO ENTORNO DA REDUC	
Marcio Douglas Floriano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101013	
CAPÍTULO 14	151
ESTUDO HISTÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE	

SURDOS E SUA EFETIVIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Ana Beatriz Oliveira da Silva
Iago Quinto Brandão
Lucas dos Santos da Silva
Kelly Rodrigues Barbosa
Sheyla de Nazaré da Silva Chaves
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101014>

CAPÍTULO 15..... 168

PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL


Aldaci Lopes
Ana Cabanas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101015>

CAPÍTULO 16..... 181

TEORIA POSITIVISTA-FUNCIONALISTA E EDUCAÇÃO: PENSANDO OS DESAFIOS EDUCACIONAIS PARA O SÉCULO XXI


Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Celso Eduardo Pereira Ramos
Manoel Adir Kischener
Mariza Rotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101016>

CAPÍTULO 17..... 189

UM ESTUDO DO APROVEITAMENTO DE VAGAS E TAXA DE CONCLUINTES EM CURSOS A DISTÂNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO VINCULADA AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL


Renata Patrícia Lima Jeronymo Moreira Pinto
Antonio Marcos Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101017>

CAPÍTULO 18..... 201

A INSERÇÃO E EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA


Danielly da Silva Francisco
Rudson Carlos da Silva Jovano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101018>

CAPÍTULO 19..... 208

OS MECANISMOS DE COESÃO E COERÊNCIA PARA A CONFIGURAÇÃO DE REPORTAGENS, SOBRE AS PROFISSÕES DO LUGAR, ESCRITAS POR ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Quitéria da Silva
Adna de Almeida Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101019>

CAPÍTULO 20.....226

ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REMOTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laurena Brandão de Oliveira e Araújo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101020>

CAPÍTULO 21.....233

A EFETIVAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DA EDUCAÇÃO VIRTUAL

Eulália Cristina Ferreira Barros

Cassiana Fagundes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101021>

CAPÍTULO 22.....243

DINAMIZANDO AS AULAS DE MATEMÁTICA E GEOMETRIA COM O AUXÍLIO DO SOFTWARE GEOGEBRA

Lidiane Ferreira Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101022>

CAPÍTULO 23.....249

TEORIA E PRÁTICA NA VISÃO DE PROFESSORAS QUE ENSINAM MATEMÁTICA NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO DO PNAIC

Daniela Guse

Lidnei Ventura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101023>

CAPÍTULO 24.....262

SER ALUNO E PACIENTE: UM NOVO OLHAR SOBRE O ACESSO PEDAGÓGICO HOSPITALAR

Amanda Flores Scremin

Jane Schumacher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101024>

CAPÍTULO 25.....274

INSPETOR ESCOLAR – FUNÇÃO ESQUECIDA

Adelcio Machado dos Santos

Rita Marcia Twardowski

Audete Alves dos Santos Caetano

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101025>

SOBRE OS ORGANIZADORES281

ÍNDICE REMISSIVO.....282

POLÍTICA EDUCACIONAL E A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Data de aceite: 03/10/2022

Mauro Antonio de Oliveira

Doutorando em Educação, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor da Educação básica, na Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC-RN)

RESUMO: O presente texto realiza discussões presentes no contexto da política educacional, buscando compreendê-la como possibilidade de formação para a cidadania no contexto atual. Tendo em vista que o debate sobre a política na área da educação, principalmente no campo da educação básica, vem se afirmando num campo de disputa na produção do conhecimento, conforme tem constatado os relatórios de pesquisas nos últimos anos. O fortalecimento dessa discussão ganha força a partir da pesquisa de natureza bibliográfica e assentada na abordagem qualitativa. Desse modo, o texto em evidência levanta uma discussão relevante no que tange o acesso à educação e sua relação na construção da cidadania, uma vez que vivemos num estado democrático de direito, como assegura a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Assim, as reflexões levantadas neste texto, apontam que as pesquisas realizadas nesta área necessitam não apenas ampliar o campo de produção, mas garantir um amadurecimento no que integra a produção escrita. Outrossim, se revela na percepção do lugar que é dado na relação da política educacional com vista a pensar a formação para

a cidadania no contexto Brasileiro. Destacou-se que, tanto o direito à educação quanto formação cidadã no contexto da educação básica são elementos em construção e, portanto, carece de aprofundamento no campo teórico.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional. Formação cidadã. Educação básica.

1 | INTRODUÇÃO

Na história da educação brasileira, notamos que a política educacional como parte dos movimentos que integram a garantia dos direitos sociais, vivenciam formas diferentes, estas por sua vez estão ancoradas nas propostas enfatizadas e defendidas em cada contexto. Sendo, portanto, um arcabouço amplo que a partir dele são pensadas as políticas públicas e sociais, as quais atuam em diferentes setores e contexto da sociedade brasileira, inclusive na área da educação, a qual irá contar com políticas específicas para assegurar não apenas a formação cidadã, mas garantir, sobretudo, o direito à educação básica. Nessa direção, ela deve estar amparada nas normas legais, respeitando a diversidade dos sujeitos e de forma a assegurar o bem comum.

Dessa forma, a discussão levantada neste trabalho, ganha materialidade quando procura entender a política educacional como via de acesso à formação para a cidadania, oriunda do acesso à educação. Tendo em vista que a cidadania atualmente tem sido visualizada

como horizonte para a formação da nação brasileira. Desse modo, revisitando Carvalho (2002), compreende-se a cidadania enquanto direito em três dimensões: direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei); direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo da sociedade – voto) e direitos sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria). Muito embora, se compreenda que a concepção de cidadania vai além das dimensões ora referendadas.

Nessa direção, o debate proposto neste artigo torna-se necessário uma visita aos teóricos que escreveram sobre a perspectiva da política educacional, reconduzindo um olhar reflexivo para o debate em tempo presente, localizando o acesso à educação básica como parte integradora do direito de cidadania.

Assim, pensar uma educação que proporcione as bases de uma formação cidadã requer não apenas a existência de políticas educacionais, mas, sobretudo, o entendimento de que ela não é um fenômeno neutro, e por essa razão sofre interferência desde a elaboração até a materialização de ações educativas no cotidiano escolar. Partindo dessa percepção, é possível destacar a importância das políticas públicas educacionais na formação cidadã tendo como plano de fundo o direito à educação.

2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL

A produção teórica sobre a educação pública no Brasil tem uma trajetória marcada por diferentes momentos, uma vez que, só podemos compreender a construção do projeto de educação pública brasileira, se retomarmos algumas noções históricas.

No entanto, salienta-se que a instrução pública oferecida até meados do século XIX, vinculava-se à submissão para o trabalho. Neste período reinava a questão da dominação patrimonialista, prática que perdura desde o início do processo de colonização brasileira até os dias atuais. Assim, as questões levantadas inicialmente não se sustentam ausente de uma contextualização histórica, a qual oportuniza possibilidades para tecermos um debate sobre a política educacional.

Contudo, observou-se que algumas transformações econômicas e políticas no final do século XIX, principalmente com a ascensão da burguesia, não se cogitava a questão dos direitos políticos para uma grande parcela da sociedade. Cenário esse, que sofreria alteração a partir da segunda metade do século XX, com a retomada das ideias liberais, priorizando a defesa dos interesses subalternos. Nesse sentido, as mudanças decorrentes desse panorama, foram fortalecidas no entendimento de que o trabalho assalariado começava a se expandir, em virtude das pressões internacionais. No entanto, tais práticas não reportam, segundo Azevedo (2006) uma preocupação da educação como direito postulado pelo poder estatal.

Com advento da república, alimentada nos ventos de transformações e abastecidas dos prenúncios liberais, a educação enquanto direito ainda não tinha espaço na agenda

estatal. Segundo a autora acima, estava muito presente uma forte prática de dominação, mandonismo, clientelismo, patrimonialismo na política vigente, o que dificultava de certo modo o desenvolvimento de políticas públicas no campo educacional. Tanto é verdade, que nas primeiras décadas do século XX, tínhamos uma alarmante taxa de analfabetismo no Brasil. Tal visão sofreria mudanças a partir da constituição de 1934, quando a educação foi pela primeira vez pensada como direito.

Desse modo, Azevedo (2006) destaca que educação como um setor, vai se afirmando cada vez mais no cenário nacional da constituição referenciada, em virtude das transformações que cresciam rapidamente no país, principalmente se observamos o plano econômico, com a industrialização que vinha crescendo paulatinamente. Por outro lado, é oportuno mencionar que a própria constituição em discussão carrega em si forte influência das lutas da educação iniciada com a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 e depois com os pioneiros da educação da Escola Nova. Ambos os movimentos priorizaram mudanças no campo da educação.

Cabe pontuar que a Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. Nos Estados Unidos, surge com o pedagogo e filósofo John Dewey que pensava a educação como uma função democratizadora de igualar as oportunidades. Em 1932, no Brasil é promulgado o Manifesto dos Pioneiros da educação, entre os pioneiros da Educação Nova no Brasil, podemos dar grande importância aos estudos de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira que pensaram num modelo de escola e educação acessíveis para todos os graus e cidadãos.

Assim, é plausível destacar que o cenário apresentado propicia novos horizontes à área da educação, onde se verifica a partir de então, uma preocupação do governo com a educação, surgindo nesse contexto o Ministério da educação e saúde, as leis orgânicas e as reformas de Francisco Campos no campo educacional. Nessa perspectiva, evidencia-se que a questão da educação vem sendo colocada nas pautas do poder estatal. De modo que, a atenção direcionada a mesma sopra os primeiros ventos para o surgimento da política educacional que conhecemos atualmente.

Por outro lado, falar em política educacional é compreender os desdobramentos que insere o Estado na elaboração e implementação dessas políticas no âmbito educacional. Para Saviani (2008) ela constitui um conjunto de decisões tomadas pelo poder público na área da educação, sendo necessário, portanto, considerar os limites e alcance dessas políticas dentro do Estado Brasileiro. De modo que, a organização política, econômica e social influencia e traz à tona um novo ordenamento para as questões da educação. Neste sentido, o Estado-nação aparece como força maior que vai de certa forma regular e assegurar a responsabilidade com a educação enquanto política pública. Isso permite dizer que as políticas públicas em movimento representam o Estado em ação, como afirmou Azevedo (2004) em sua obra “Educação como política pública”.

Dito isto, é oportuno perceber que tal preocupação não acontece de “graça”, é fruto de uma série de mudanças que vinham acontecendo desde o final da Primeira Guerra Mundial, acentuando-se mais ainda, na década de 1930. Nesse mesmo contexto histórico é criado o Ministério da Educação e Saúde, conforme mencionado, seguindo um conjunto de reformas na educação, a exemplo citamos a reforma de Francisco Campos que era encarregada de organizar o ensino secundário e comercial, dando ênfase à criação de um Sistema Nacional de Educação, como também o Conselho Nacional de Educação.

Ressaltamos, conforme lembra Saviani (2004) o papel emanado pela IV Conferência Nacional de Educação (CNE), que expressa a necessidade da criação de uma política educacional. Nesta mesma direção, temos em 1932 o surgimento dos Pioneiros da Educação Nova como citado anteriormente, que, trazia para educação uma série de mudanças, entre elas estavam: o estabelecimento de diretrizes para uma política educacional, a criação de um plano de ação nacional, fomentação do ensino em todos os níveis, aspectos e modalidades e estimulação ao debate em torno da democratização do acesso à educação. A proposta deste movimento da educação nova priorizava ainda, uma educação pública, gratuita, obrigatória, laica e mista.

Azevedo (2006) argumenta que a educação como política pública ocorre apenas após a década de 1930, isto é, quando o Estado Nação passa a custeá-la. Nessa direção, inicia-se um processo intenso da universalização da mesma, principalmente a educação básica. Cabe considerar que a universalização da educação básica só veio alavancar de fato no final da década de 1980, quando se percebe novas mudanças no cenário político e econômico do país. Tal perspectiva é acompanhada com o processo de municipalização da educação básica, que tem aberto espaços não só para o acesso à educação, mas também possibilitando a democratização da mesma em todo país.

Diante disso, discutiremos a seguir alguns posicionamentos inerentes ao debate que reorienta a questão do acesso à educação básica como direito, e por conseguinte, as reflexões decorrentes dessa área de discussão, ao mesmo tempo em que vem apontando reflexões sobre a temática enquanto campo de produção do conhecimento.

3 | DA UNIVERSALIZAÇÃO A GARANTIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As políticas educacionais que visam garantir o direito à educação até a década de 1980, não apresentavam uma clareza da educação como direito de todos, muito embora esse entendimento já viesse sendo discutido nas constituições anteriores, como a constituição de 1946. No entanto, é somente a partir da Constituição Federal de 1988 que o direito à educação em sua forma ampliada começa ser materializado com mais clareza e a educação passa a ser legitimada como direito de todos. Inclusive a partir desta legislação e posteriormente da Lei nº. 9.394/1996 que a educação básica passa a contar com reconhecimento, principalmente em termos de organização. A exemplo disso, temos a

inclusão de conceitos como a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio que ganham materialidade no campo da educação básica.

Dito isto, percebemos que o acesso à educação básica passa a ser legitimado nos documentos oficiais, como os já citados, muito embora saibamos que a lei por si só não garante o direito à educação. E, portanto, se faz necessário a criação de políticas públicas e responsabilidade social na implementação e no acompanhamento das mesmas. Por outro lado, compreendemos que o condicionamento jurídico que legitima a oferta do direito à educação, traz consigo a obrigação por parte do Estado, da família e da sociedade de assegurá-la a todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos. Além disso, a responsabilidade do poder público com a educação, implica por sua vez, na promoção de políticas públicas educacionais as quais começam a ganhar centralidade, dando ênfase a um intenso processo da universalização da educação no Brasil.

Tal perspectiva torna-se mais expressa a partir dos anos de 1990, quando se observa as influências da Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em *Jontier – Tailândia*, onde afirma que a educação e o acesso à mesma passa ser um dos principais alvos das políticas educacionais, tendo a esfera pública sua responsabilidade na garantia do acesso a toda população.

Cabral Neto (2009) acrescenta que a busca pelo direito à educação teve discussões amparadas no Fórum de Educação para Todos, onde se pretendiam nele reafirmar o que fora defendido na Tailândia, que, entre outras questões estavam a ampliação da educação em sua primeira fase, principalmente para aquelas crianças que se encontravam em condições vulneráveis.

Dessa forma, reconhecemos a importância das políticas em relação ao acesso à educação básica, mas compreende que ele por si só não basta, carecendo, sobretudo, de condições de permanência e qualidade. Mediante esse argumento, temos percebido que as políticas públicas nesse campo têm enfrentado um grande desafio, principalmente quando se vivenciam o processo de democratização da educação da escola pública em nosso país. Neste contexto, Novais e Nunes (2014) mostram que:

[...] A construção de políticas públicas de educação, na atualidade, não pode mais se pautar apenas pelos projetos puramente discursivos. É necessário que se avance para materialização de estratégias capaz de resgatar, concretamente, princípios pedagógicos e educativos que garantam o direito de ensinar e de aprender com qualidade e de modo socialmente qualificado. E, ainda, fundado na democracia e nos princípios básicos dos direitos sociais, coletivos, individuais e inclusivos, como preconiza a educação em direitos humanos propagada na atualidade (NOVAIS e NUNES, 2014, p. 84).

Ao analisar a fala anterior, fica evidente para nós o quanto a política educacional exerce força na reorganização do sistema educacional, reivindicando, sobretudo, uma ação prática em que ultrapassa a retórica da qual se insere a política. Daí, devemos estabelecer um olhar reflexivo, complexo, indeterminado em construção – pois, se trata de um

fenômeno desenvolvido no interior das instituições pelos sujeitos, e, portanto, distante de uma neutralidade. Tal fato, não apresenta nenhuma novidade se somente estiver presente na consciência daqueles que elaboram a política educacional. Do contrário, a inexistência de consciência na produção de planos e ações leva os sujeitos a acreditarem que estão pensando estritamente de forma parcial. Assim, o exercício levantado sobre o pensamento ora decomposto, alimenta o entendimento de que a materialização das políticas públicas, em que as autoras chamam atenção, depende em larga medida daquilo que o sujeito possui internalizado, ou seja, a subjetividade tem papel relevante nessa construção.

Dito isto, não se pode negar que os espaços cobertos pelas políticas públicas educacionais, na atualidade sejam os mesmos, em virtude das mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais, onde estas reorientam o rumo das políticas em discussão. Nessa perspectiva, pensar o direito à educação numa perspectiva de qualidade, é pensar um projeto coerente com a educação cidadã, ou seja, para além da oferta da educação básica.

Partindo da conjuntura ora apresentada destacamos que a questão do direito à educação embora venha sendo pautado nas discussões, ele se constitui num projeto de educação longe de se consolidar, em decorrência, por exemplo, da ausência de um Sistema Nacional Articulado de Educação, já defendido por Saviani (2008). O autor é incisivo quando afirma que a ausência de um sistema nacional no âmbito da educação tem dificultado o andamento não só das políticas educacionais, mas também de outros elementos que contornam a educação básica e superior.

Desse modo, tem se percebido que a discussão em torno do acesso à educação como um direito no Brasil não para de emergir. Assim, tem se retomado com bastante expressão a partir da Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em 2010, o debate sobre o direito à educação com qualidade social. Nela defende-se o direito à educação básica e superior, a inclusão em todas as dimensões, níveis, etapas e modalidades, a qualidade social, a gestão democrática e a avaliação emancipatória” (BRASIL, 2011, p. 41).

Neste contexto, salientamos que as crescentes discussões revelam o quanto estamos distantes da garantia de uma educação que contemple o direito de cidadania, por outro lado, elas revelaram o desejo de luta pela superação do direito à educação, uma demanda que avança, mas não consegue ainda atingir sua plenitude. Nessa direção, temos em 2014 sob a lei Nº 13.005, a aprovação do Plano Nacional de Educação, que, entre suas 20 metas, destacamos as metas de 1 a 3 neste artigo, onde se propõe:

A Meta 1 propõe a universalização, até 2016, do atendimento escolar da população de quatro a cinco anos e a ampliação, até 2025, da oferta de Educação Infantil, para atender a 50% da população de três anos. A Meta 2 visa à universalização do Ensino Fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos, até o último ano de vigência do PNE. A meta 3 propõe universalizar, até 2016, o atendimento escolar a toda população de 15 a 17 anos e elevar, até 2015, a taxa de liquidação de matrículas no Ensino

Com base nas perspectivas ora reiteradas e, com ênfase as metas propostas pelo PNE, é possível perceber que o desafio em busca da garantia do direito à educação é uma questão complexa e que, embora tenhamos direcionamentos claros, em que queremos avançar, ainda parece dimensões muito grandes para a educação pública. Revelando, sobretudo, uma forte rearticulação das políticas educacionais em diferentes perspectivas, desde a oferta da educação com qualidade socialmente referenciada, ao financiamento da educação e formação docente, entre outras. Sobre as metas destacadas anteriormente, é possível afirmar que a universalização da educação tem ampliado expressivamente seu leque de cobertura, no entanto, podemos destacar que a política e suas diretrizes não conseguiram erradicar a taxa de analfabetismo, nem tampouco alterar o enorme índice de desigualdade educacional presente no país. Esse fato, repercute negativamente na garantia do direito à educação, bem como enfraquece a formação cidadã.

Dito isto, cabe pontuar que o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas PNE de 2022, apontam que as metas sobre a universalização da educação, não foram alcançadas, se verificam que “é necessária a inclusão de cerca de 1,4 milhão de crianças de 0 a 3 anos em creches e de cerca de 300 mil crianças de 4 a 5 anos na pré-escola”. (BRASIL, 2022, p. 13). Isso implica dizer que a falta de políticas educacionais nessa direção é bastante visível. Salienta-se nesse cenário, que a responsabilidade segundo o documento por fomentar essa demanda é dos municípios. Fato que nos leva questionar, o motivo desta questão não está sendo pensado dentro do regime de colaboração, já que a responsabilidade pela educação não pode ficar à cargo de apenas um ente federativo. Do mesmo modo, se destaca que a meta 3, também não foi atingida em nenhuma unidade da federação, conforme afirma o relatório de monitoramento.

Diante disso, podemos afirmar que o acesso à educação pública não é pauta resolvida e, portanto, o direito à educação requer políticas públicas de longo alcance, mas que busque atuar de forma integradora. Do contrário, o que vemos é o aumento das desigualdades socioeducacionais cada mais vez sendo ampliada. Aspecto que promove, de igualmente maneira, um processo de desarticulação social muito grande, em que condições de participação das classes sociais imersa no cenário desigual são afetadas, colocando em evidência o direito de cidadania. Fato que nos leva a indagação e a reflexão: como pensar-se cidadã ou cidadão em contexto desigualdade?

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões levantadas nesse artigo evidenciaram que as políticas educacionais como possibilidade do acesso ao direito de cidadania e formação cidadã na educação básica ainda é um campo que carece de aprofundamento no campo teórico, mesmo considerando os avanços das pesquisas propagadas nas últimas décadas. Notou-se que

o direito à educação mesmo sendo um elemento fundamental presente nas legislações e que tem reorientado a construção das políticas, ainda assim se observou que ele não atingiu sua plenitude. Contudo, se verificou que a formação cidadã sequer apareceu como possibilidade de transformação social no contexto da educação básica.

Na construção teórica sobre o debate, percebeu-se que a materialização das políticas públicas enfrenta alguns limites em virtude da própria organização do sistema educacional brasileiro, uma vez que, não temos uma política de Estado que norteie o Sistema Nacional de Educação.

No que tange o debate teórico, o texto revelou que os autores convidados para fundamentar as discussões, buscaram compreender que a política educacional não constitui um campo neutro, ela depende de orientações da esfera estatal e do contexto social que a inscreve, sendo este campo visto muitas vezes como espaço meramente discursivo. Fato que vem tornando cada vez mais difícil a materialização do direito à educação com qualidade e socialmente referenciada, no bojo das políticas educacionais. A falta de confiança e credibilidade na produção do conhecimento nessa área, gera um debate que de certo modo, repercute mais um retrocesso do que mesmo um progresso na promoção do direito à educação, uma vez, que esse comportamento dual dificulta a implementação de políticas educacionais no contexto da escola pública, bem como desestabiliza a formação para cidadania.

No percurso do texto, evidenciou-se que apesar do acesso à educação como possibilidade de formação para a cidadania ter se ampliado, principalmente em termos teóricos, ainda assim, se constatou que ele não é realidade no contexto educacional. O que vemos são muitos cidadão e cidadãs sem perspectiva. Como se a educação básica não estivesse contribuindo nessa direção. Sobre as discussões apresentadas nesse texto, deduzimos que tanto o direito à educação como a formação para a cidadania na educação básica são percebidas como elementos em construção, principalmente do ponto de vista teórico depreendido das reflexões desencadeadas no conjunto da temática.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O estado, a política educacional e regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto, AGUIAR, Márcia Ângela de S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e Compromissos**. 5.ed – São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

_____, Anais da CONAE 2010. Construindo o Sistema Articulado Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Brasília: MEC, 2011.

_____. Lei 13.005/ 2014. Plano Nacional de Educação. Disponível em www.planalto.gov.br.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022. – Brasília, DF: Inep, 2022.

CABRAL NETO, Antônio. Responsabilização na administração pública: notas para uma Discussão no campo da educação. In: FRANÇA, Magna (Org.). **Sistema Nacional de Educação e o PNE**. Brasília: Liber Livro, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DOURADO, Luiz Fernando. **Plano De Educação: Política de Estado para a Educação brasileira**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

NOVAIS, G. S; NUNES, S. C. Políticas públicas educacionais: a educação básica entre o prescrito e o real. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v.13, n.2, p. 81-93, jul./dez. 2014.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho. 2008.

_____. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 6, n. 2, jul./out., 2008, p.213-231.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 10, 31, 80, 156, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 242, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 281

Alfabetização matemática 249, 250, 251, 252, 255, 256, 258, 260

Aprendizagem 19, 20, 25, 32, 33, 34, 38, 39, 43, 47, 50, 51, 58, 61, 65, 71, 74, 77, 78, 79, 80, 98, 101, 107, 108, 109, 110, 116, 126, 127, 128, 156, 157, 160, 172, 179, 190, 201, 202, 203, 205, 206, 213, 215, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 254, 256, 257, 262, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 277, 278, 279

Atendimento pedagógico hospitalar 262

Avaliação 8, 12, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 94, 98, 102, 104, 119, 120, 134, 152, 163, 166, 174, 199, 228, 229, 231, 238, 241, 265, 276, 277, 279

B

Banco Mundial 12, 13, 14, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 40, 42, 142, 143

Base Nacional Comum Curricular 38, 39, 52, 168, 179, 206, 224

C

CACS 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91

Coerência 18, 65, 77, 116, 208, 209, 211, 212, 213, 217, 218, 220, 222, 223, 224

Coesão 145, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 222, 223, 224

Concepção de história 181, 183, 184

Conhecer 4, 50, 56, 59, 77, 78, 124, 170, 173, 228, 231, 265, 275

Conhecimento 4, 7, 8, 13, 19, 20, 28, 33, 42, 43, 44, 47, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 88, 98, 101, 102, 108, 109, 113, 114, 116, 129, 132, 136, 146, 156, 157, 161, 165, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 180, 186, 199, 202, 203, 206, 210, 216, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 244, 253, 254, 255, 256, 259, 264, 266, 270, 274, 277, 279

Contemporaneidade 40, 42, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 168, 169, 170, 172, 175, 178, 179, 224

Councils 82, 83

D

Desafios docentes 93, 95

Desafios sociais 112

Design 78, 223, 243, 244, 245, 248

Dificuldades 31, 34, 47, 86, 107, 123, 126, 155, 224, 226, 228, 231, 254, 258, 259, 263, 270

Docência 123, 125, 127, 155, 167, 168, 170, 172, 254, 260, 274, 275, 279, 281

E

Educação 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 143, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 224, 226, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 253, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Educação à distância 233

Educação básica 15, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 51, 52, 85, 87, 91, 92, 123, 126, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 149, 190, 201, 230, 232, 250, 259, 260, 272, 274, 279, 281

Educação de surdos 151, 152, 154, 156, 157, 158

Educação infantil 25, 41, 43, 45, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 133, 134, 155, 158, 161, 168, 169, 171, 174, 175, 177, 179, 266

Educação Matemática 201, 202, 205, 206, 207, 244, 248, 249, 259, 281

Educação não formal 27, 28, 31, 32, 33, 98

Educação virtual 233

Ensino 12, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 69, 70, 71, 76, 78, 82, 83, 91, 95, 98, 102, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 190, 194, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 276, 277, 279, 281

Ensino fundamental 21, 22, 30, 31, 41, 45, 46, 47, 53, 133, 135, 155, 158, 208, 209, 210, 224, 226, 227, 229, 230, 232, 245, 246, 249, 250, 257, 266

Ensino remoto 199, 226, 227, 228, 232

Escuta pedagógica 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 110

F

Fazer docente 98, 168, 169, 172, 174, 179

Formação cidadã 51, 129, 130, 135, 136

Formação continuada 60, 96, 97, 167, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 190, 204, 249, 250, 252, 254, 255, 258, 259, 260, 279

Formação de professores 100, 103, 106, 111, 112, 116, 117, 120, 121, 157, 158, 160, 179, 180, 191, 199, 205, 260, 281

Formação em serviço 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 110

Funções de apoio 274

G

Gêneros do jornal 208, 214, 224

GeoGebra 204, 243, 244, 245, 246, 248

Gestão do conhecimento 44, 63, 64, 65, 72, 74, 75, 274

Gestão escolar 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 90, 175, 280, 281

Grounded theory 249, 250, 261

H

História da educação 129, 152, 156, 157, 167, 205, 207

I

Inspetor escolar 274, 277, 278

Intervenção didática 208, 218, 219, 223

L

Legislação educacional 12, 21, 229

Lúdico 255, 262, 264, 267, 268, 269

M

Migração contemporânea 27, 28, 29, 37

N

Neoliberalismo 1, 2, 8, 40, 53, 87, 103, 110, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 147, 148, 149

O

Objetivos 5, 18, 20, 21, 31, 33, 35, 43, 47, 50, 64, 66, 67, 71, 72, 96, 117, 123, 125, 126, 127, 140, 143, 144, 146, 147, 151, 154, 155, 161, 164, 176, 177, 179, 233, 235, 241, 243, 244, 255, 256, 257, 265, 275, 276

Objeto matemático 243, 244

P

PIBID 123, 124, 125, 126, 127, 128, 281

Política educacional 20, 26, 53, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 145, 161, 165

Políticas públicas 12, 23, 27, 28, 30, 31, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 45, 48, 53, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 102, 104, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 146, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 199, 233, 236

Prática docente 38, 39, 48, 49, 50, 58, 108, 124, 171, 178, 226, 227, 231

Práticas educativas 27, 31, 35, 78, 230

Projetos 13, 16, 21, 22, 23, 24, 31, 69, 77, 78, 79, 80, 98, 110, 133, 144, 145, 147, 148, 201, 202, 205, 237, 238, 239

Public education 82, 83, 152, 169

R

Refletir 10, 16, 77, 78, 96, 98, 103, 112, 118, 120, 128, 154, 208, 213, 227, 231, 249, 252, 253, 254

Relatos 34, 79, 108, 110, 123, 175, 209, 252, 258

S

Síndrome comportamentalista 1, 2, 3, 4, 10

T

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) 169, 201, 202, 205

Teoria positivista-funcionalista 181

Trabalho pedagógico 55, 56, 226, 228, 229, 231, 253, 255, 260, 262, 264

Transposição didática 123, 126

U

Universidade 12, 17, 18, 25, 27, 28, 37, 75, 77, 78, 82, 93, 94, 95, 98, 100, 106, 112, 121, 129, 145, 151, 152, 154, 155, 162, 164, 165, 167, 178, 179, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 207, 209, 224, 226, 234, 248, 249, 266, 273, 274, 281



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina